



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO  
DA MEMÓRIA E DA VERDADE REALIZADA NO DIA 06/05/2020,  
ÀS 19H.**

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte, às 19:00 horas, via a plataforma de videoconferências Zoom Meetings, a Comissão da Memória e da Verdade reuniu-se sob a coordenação da Dra. Sônia Costa, presidenta interina da comissão e dra. Juliana Gomes Miranda, secretária-geral da comissão. Presentes: Sônia, Juliana, Laura, Carlos, Paulo, Andreia Britto, Veranne, Enilde, Ana Claudia Farranha.

Apresentada a pauta da reunião, seguimos para a discussão dos pontos:

Paulo comentou sobre as mortes de pessoas importantes para a cultura, a relevância em lembrar não só as mortes, mas o silêncio sobre elas, como o Ministério de Cultura permanece omissivo.

Sônia agradece e apresenta da dra. Veranne, convidada a participar da presente reunião.

A presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer, Veranne, compartilhou com Maria Victoria o projeto Inumeráveis, que ela achou muito interessante. Expôs a



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

situação difícil da crise sanitária no que tange a convivência e a alta nos índices de violência doméstica e intrafamiliar. Também mencionou a morte de Aldir Blanc e Flávio Migliaccio, grandes perdas para a cultura do país. Saliencia como o setor cultural é relegado no Brasil e não é visto como um direito fundamental, assim, está sendo totalmente desestruturado, sendo necessários projetos de lei e ações que fomentem o fundo nacional de cultura.

Sobre o projeto Inumeráveis<sup>1</sup>, Veranne apresenta que ele é capitaneado por alguns jornalistas, não se sabe quem teve a iniciativa do projeto e quem tomou a frente disso. É um projeto que envolve vários jornalistas com trabalho voluntário e auxílio de amigos/familiares de pessoas falecidas em virtude da covid-19. Esse projeto é muito significativo e sensível, sugeriu que poderíamos fazer um projeto similar no Distrito Federal, algo em parceria com as Comissões da Cultura, Esporte e Lazer, Comissão da Memória e da Verdade, e a Comissão de Direitos Humanos, presidida pela dra. Soraia Mendes. Teriam algumas diferenças, pois seria um projeto pequeno no Distrito Federal, no projeto Inumeráveis eles usam cards e nós poderíamos envolver artistas do Distrito Federal para relacionar cada

---

<sup>1</sup> <https://inumeraveis.com.br/>



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

depoimento com uma arte, individualizar a memória das vítimas por meio da arte. Conversou com Soraia, que também faz parte da Comissão de direitos humanos do conselho nacional, ela gostou da ideia e ficou responsável em apresentar à comissão do conselho nacional. Poderíamos, ainda, distribuir para as seccionais, abarcando todo o território nacional e envolvendo as Comissões de Direitos Humanos do Brasil inteiro, pensando também nos mais vulneráveis, como negros/as, indígenas, presos/as e separar em capítulos. Veranne se dispôs a entrar em contato com quem criou o projeto Inumeráveis, para podermos dar vida e voz, deixando uma memória dessas vítimas.

A vice-presidente Sônia fala o quanto o projeto Inumeráveis é interessante e abre para os colegas fazerem contribuições.

Paulo parabeniza pelo projeto, fala sobre o Museu da Pessoa, que colhe informações e deixa o registro da passagem das pessoas pelo mundo, e espera que seja possível fazer algo semelhante no DF.

Juliana agradece a Veranne, já estávamos formulando uma parceria entre as comissões. É importante lembrar as conquistas da OAB nesses 60 anos e o título mais importante que temos que conservar é o da defesa de direitos. Também é membro consultora na Comissão



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

Nacional de Direitos Humanos e se dispôs a reforçar em relação ao projeto Inumeráveis.

Enilde acha o projeto interessante, é importante registrar a história dessas pessoas e o valor que tiveram na terra enquanto seres humanos. Também é necessário pensar na atual matança de idosos com longas trajetórias que vamos perder por um vírus incontrollável e para o suicídio, como vimos essa semana.

Laura questionou como chegar aos familiares e amigos das vítimas para sabermos as histórias, quais seriam os instrumentos para termos acesso à essas informações de forma sensível e respeitando a individualidade de cada vítima.

Sônia fala do projeto da professora Débora Diniz, Relicários<sup>2</sup>, que notificou cada primeira mulher vítima de covid-19 nos estados brasileiros.

Paulo menciona que o projeto tem muitas formas de acontecer, a mais simplória delas é com dados bibliográficos, como nome, data de nascimento e morte, nomes de pais e filhos. Os registros são marcados pelo viés de quem está narrando, mas isso não invalida nem difere de outra fonte histórica, podendo acrescentar alguma marca peculiar ou subjetiva de narrar algum aspecto.

---

<sup>2</sup> <https://www.instagram.com/reliquia.rum/>



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

Veranne explica como funciona o projeto Inumeráveis e aponta que ao levarmos o projeto ao Conselho Federal pode facilitar na coleta dos depoimentos, pois outras seccionais participariam. Quer tratar o assunto com o conselheiro federal, é uma forma de perpetuar a memória de pessoas para que não sejam só estatísticas. O estado de SP decretou luto oficial por chegar à 3 mil mortes, é interessante sairmos desses números frios e sensibilizar para as pessoas ficarem em casa. Ressalta que não sabe como seria a melhor forma de fazer a coleta desses dados, mas acha que com a divisão por seccionais e outras parceiras é possível concretizar o projeto. Assim como nossas comissões já vinham idealizando os 60 anos da OAB/DF, também conversou com o presidente Délio falando da importância de fazermos algo sobre os 60 anos nesse mês de maio, mesmo que não seja pessoalmente. Ainda não desisti do documentário, podemos deixar para agosto ou novembro, ou mesmo fazer uma Conferência Distrital no fim do ano.

Andreia fala da relevância do projeto e de como é urgente, então não podemos demorar para colocá-lo em prática e já ir reunindo material. Menciona que tem amigos que estão no norte do país fazendo o acompanhamento de vítimas de covid-19, lugares nos quais está acontecendo muita subnotificação e que há



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

pessoas que não estão recebendo a certidão de óbito estão, poderia entrar em contato com eles para contribuir.

Sobre o projeto Relicário, Ana Claudia apresenta que são depoimentos de pessoas que querem contar as histórias dos seus amigos e familiares. Que podemos abrir um período para preencher um formulário e um termo de consentimento, dependendo de como essas pessoas vão falar de suas histórias.

Paulo salienta que esse trabalho envolveria recursos específicos, para fazer levantamento dos dados e entrar em contato com cartórios e familiares, por isso acredita que talvez vamos precisar de uma bolsa.

Sônia acha que, caso a OAB se envolva nesse projeto em âmbito nacional, seria possível executá-lo com o apoio das seccionais e do Conselho Federal da OAB. Também agradece a presença de Veranne.

Agradece a Veranne.

Ana Claudia inicia a abordagem do tema de direito de acesso à informação. Menciona um artigo de sua autoria sobre como a transparência ativa é importante nesse momento, e o Distrito Federal apresenta uma situação precária em termos de transparência ativa. Também aponta o importante papel da imprensa no que tange a informação sobre a pandemia. Um fato curioso sobre os



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

dados da CGU é que a maioria dos pedidos de transparência passiva não são da população, não são pedidos sobre a saúde, são pedidos da Caixa. O Ministério Público já se manifestou no Distrito Federal no que tange o acesso à informação, ainda não sabe como a comissão poderia contribuir.

Juliana agradece a contribuição da professora Ana Claudia sobre o acesso à informação, que é uma porta estratégica para pautar elementos básicos do tema da memória e da verdade. Aborda a portaria do CNJ junto ao Ministério da Saúde, que prevê a possibilidade de sepultamento sem certidão de óbito, e como várias organizações da sociedade civil se mobilizaram em relação à preocupação com corpos desaparecidos. Temos receios do retorno à períodos totalitários, já que ainda temos vários corpos desaparecidos. Isso sem falar do sistema carcerário, que apresenta um cenário caótico, grande parte das vítimas do covid-19 vem do sistema carcerário. Penso na possibilidade de provocar o GDF via Délio, endereçar um ofício ao governador, explicitando nossas preocupações, apontando que seria uma oportunidade de aprimorar a política pública no que tange a transparência ativa. Aproveitar esse momento relacionando isso com o nosso receio de mortos e desaparecidos do covid-19.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

Sônia lembra que há casos em todas as regiões administrativas. E que alguns familiares ainda podem ter acesso à certidão de óbito, mas com outra causa mortis, então é uma preocupação e responsabilidade da OAB em buscar a verdade. A verdade frente a tantas fakes news sendo espalhadas, caixões sendo abertos, troca de cadáveres, os sepultamentos impactantes em valas comuns, que lembram a vala de perus.

Ana questiona como foi a manifestação do MP e a resposta do DF em relação a questão do acesso à informação e transparência, para então sugerirmos alguma contribuição. É muito impactante a questão das valas, em que pesem toda a confusão dos hospitais com as pessoas, é um momento muito complicado que contribua para a perda da memória. Acho que é importante qualificar que verdade a gente quer, que é a informação e a verdade da saúde pública e sanitária. Chamo atenção para que não transforme a importância da informação nesse momento talvez em algo que nos deixe isolados.

Enilde ressalta que em relação aos presídios no DF foi criada uma comissão, que a OAB faz parte, para lidar com essa situação tão grave.

Paulo observa que acredita que comissão mencionada deve ser a frente parlamentar em defesa da vida no contexto do covid-19, que foi formada na Câmara legislativa do



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

DF. A professora Ana mencionou que a questão da verdade não é a mesma da ditadura militar, mas há uma ligação muito forte entre essas verdades, porque nós temos os desaparecidos da ditadura e os desaparecidos da democracia. Nós temos quase 400 desaparecidos de milícia no Rio de Janeiro, isso tem a ver com a maneira como as coisas vem sendo colocadas, esses desaparecidos do covid-19, por exemplo, que são internados sem a presença da família, isso demonstra como o Estado tem tratado as pessoas desde a ditadura, como o estado trata corpos negros a muito tempo.

Juliana ressalta que só faz sentido a gente se manifestar se conseguirmos correlação de ideais, expondo as nossas preocupações, nos colocar enquanto parceiros para somar esforços no aprimoramento da nossa política pública de acesso à informação. Tocar na questão da transparência ativa, sem perder de vista nosso pano de fundo, que pra gente é central, acho que é importante colocarmos esse apontamento para o Délio e para o Ibaneis.

Sônia lembra que temos que cuidar em nos ater aos dados oficiais, mas apontar que há divergência nos dados da imprensa e das informações da OMS.

Ana sugere que a comissão faça uma pesquisa nos portais do GDF para saber as informações que estão dispostas



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

e, caso necessário, quais devem ser inclusas, demonstrando o que pode ser aprimorado antes de fazermos o ofício.

Juliana se coloca à disposição para fazer a pesquisa no site do GDF e pede ao Paulo para pesquisar sobre a Frente parlamentar em defesa da vida no contexto do covid-19.

Sônia e Juliana ressaltam nossa responsabilidade enquanto comissão no que toca o tema da memória e da verdade, e que devemos nos mobilizar lembrando da urgência da atual situação.

Encaminhamentos:

- I. Entrar em contato com o projeto Inumeráveis;
- II. Aguardar apresentação do projeto à Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Federal;
- III. Realizar pesquisa nos portais do GDF e fazer ofício.

Informes:

- i. Portaria do CNJ e Ministério da Saúde que permite sepultamentos sem certidão de óbito em casos suspeitos de Covid-19;
- ii. A rápida disseminação do corona vírus nas penitenciárias do Distrito Federal;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE

iii. Licença maternidade de 120 dias da presidenta Maria Victória a partir do dia 1º de maio

Nada mais havendo a ser noticiado e decidido, a presente sessão foi encerrada às 20:50.

SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA

Presidenta Interina da Comissão da Memória e da  
Verdade da OAB/DF

Juliana Gomes Miranda

Secretária-Geral da Comissão da Memória e da Verdade  
OAB/DF